



Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça
para os devidos fins.

Em 28/02/16

Conceição de Maria Lage Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado SORL RODRIGUES

para relatar.

Em 04/02/16

[Assinatura]
Presidente Comissão de Constituição
e Justiça



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO DE JUSTIÇA

PARECER nº 02

AOPROJETO DE LEI Nº. 01, de 15 de janeiro de 2016, que:

Cria o Programa de Cidadania no Trânsito para os condutores de motocicletas no Estado do Piauí, e dá outras providências.

RELATOR: DEP. JOEL RODRIGUES

I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei que visa, em resumo, instituir o Programa de Cidadania no Trânsito para os condutores de motocicletas no Estado do Piauí, bem como estimular a legalização de motocicletas e uso adequado dos itens de segurança indispensáveis aos seus condutores e passageiros.

Para tanto, foi justificado a necessidade da aprovação dessa proposição com o intuito de incentivar e facilitar a legalização de milhares de motocicletas que circulam no território piauiense, bem como o uso adequado dos itens de segurança indispensáveis aos seus condutores e passageiros.

Sendo assim, devo ressaltar que a presente proposição é de suma importância na medida visa estimular a legalização das motocicletas e uso adequado de itens de segurança, com o intuito de diminuir os acidentes e, conseqüentemente, reduzir a lotação do sistema de saúde.

Contudo, devemos verificar a constitucionalidade, juridicidade e legalidade da proposição ora apresentada.



ESTADO DO PIAUÍ
Assembleia Legislativa

Eis o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Para tanto, apresento, de acordo com os arts. 61, 137, 138 e 139 do Regimento Interno desta Casa, parecer onde examinamos a constitucionalidade do Projeto de Lei que ora encontra-se sob exame.

Ao aprofundar o exame da proposição pontuo que não foi encontrado nenhum óbice elencado no art. 97 do Regimento Interno.

Verificou-se, ainda, que não existem impedimentos legais para iniciativa de tal propositura, segundo art. 75 da Carta Estadual, ao passo que sugerimos pelo acatamento do Projeto de Lei.

Dispõe a CF/88:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:
(...)

XII - estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.

(...)

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:
(...)

§ 10. A segurança viária, exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do seu patrimônio nas vias públicas:

I - compreende a educação, engenharia e fiscalização de trânsito, além de outras atividades previstas em lei, que



ESTADO DO PIAUÍ
Assembleia Legislativa

assegurem ao cidadão o direito à mobilidade urbana eficiente;

[grifei]

Nesse caso percebe-se facilmente qual a intenção do Legislador, qual seja: **a exigência do cumprimento da garantia do direito social a segurança e saúde, dispositivo constitucional indispensável à garantia de um mínimo de dignidade de vida aos cidadãos, art. 6º, caput, CF/88.**

A Carta Estadual diz o seguinte:

Art. 14. Compete, ainda, ao Estado:

II - em comum com a União e os Municípios:

(...)

m) estabelecer e implementar política de educação para a segurança do trânsito.

(...)

Art. 156. A segurança pública, **dever do Estado**, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas [...].

Por fim, saliento que fui fiel aos princípios constitucionais, objetivando sempre o **interesse público** em primeiro lugar.

Por todo o exposto, observando a grande importância da iniciativa do nobre colega Parlamentar e a boa técnica legislativa da proposição, manifesto-me favoravelmente à sua aprovação.

Este é o meu parecer.

III – PARECER DA COMISSÃO

Em discussão, em votação:

Pelo acatamento(X)

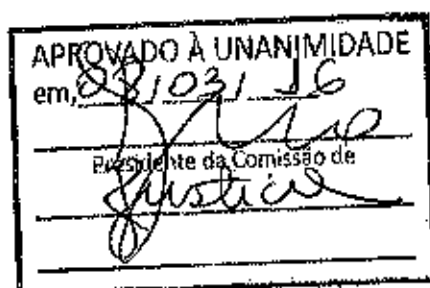


ESTADO DO PIAUÍ
Assembleia Legislativa

Pela rejeição()

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 05 de março de
2016.

H. A. I. A.
DEP. JOEL RODRIGUES – PTB
RELATOR



[Handwritten signatures and initials]